

SOCIEDADE CIVIL: COMPORTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES-NÃO- GOVERNAMENTAIS

Katiani Lucia Zape¹

As últimas décadas foram marcadas pelo crescimento e fortalecimento dos atores da sociedade civil organizada. Um destes atores em particular, as organizações não governamentais, passou a compor novos espaços de interlocução entre o Estado e a Sociedade, seja por meio de canais institucionais como os conselhos gestores e os orçamentos participativos, ou por meio da defesa e promoção de alguns serviços sociais básicos como saúde, educação, assistência social, etc. O presente estudo tem como objetivo trazer para discussão, sem o intuito de esgotá-la, um pouco deste universo ainda nebuloso devido à ausência de unanimidade na terminologia utilizada, à falta de identificação de seus atores e à insuficiência de dados precisos como número de envolvidos e de recursos destinados e gerados por este setor.

Palavras Chaves

Organizações da sociedade civil; Estado; OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muitas mudanças significativas ocorreram no contexto político e social no Brasil, quando vivenciamos o processo de redemocratização do Estado e as influências por ele geradas, como a maior participação e atuação da sociedade brasileira por meio da intensificação de suas ações diretas e na cobrança pela atuação do Estado nas áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outras.

Esse processo surgiu a partir da resistência à ditadura e, segundo alguns autores como Falcão (2004) e Falconer (2005), têm entre os principais atores o terceiro setor. Seja pelo fato do mesmo ter renovado as práticas democráticas e criado interfaces mais colaborativas entre a sociedade civil e o governo; ou pela tentativa de canalizar a representação da cidadania e moldar a sociedade civil organizada; ou ainda, pela promessa de renovação do espaço público, do resgate da solidariedade, da cidadania e a humanização do capitalismo.

Contudo, para entender este processo de fortalecimento e intensificação da atuação da sociedade civil é primordial conhecer o universo do terceiro setor. Esta tarefa não é fácil, pois se a realidade social for dividida em setores, como sugere a economia clássica – Primeiro Setor (Estado), Segundo Setor (mercado) e Terceiro Setor (sociedade civil) estarão incluídas neste último todas as organizações não pertencentes aos dois primeiros, como: sindicatos, movimentos sociais, organizações sem fins lucrativos de interesse mútuo como as associações de classes, associações desportivas, condomínios, etc, além das organizações privadas, não lucrativas e de fins público como as ONGs e as OSCIPs.

Também há dificuldades no entendimento desse setor devido à existência de diferenças estruturais, ideológicas e de finalidade entre as próprias organizações sem fins lucrativos de interesse público, o que torna difícil entender e vislumbrar como um único espaço pode comportar as tradicionais organizações filantrópicas datadas de 1543 até as modernas OSCIPs originadas no fim do século XX.

Com o intuito de trazer contribuições para o esclarecimento deste universo propõe-se, no presente artigo, uma reflexão sobre algumas das principais divergências que rondam as

¹ Advogada, mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Católica do Salvador – Salvador – BA, e especialista em Terceiro Setor pela Faculdade Fátima de Caxias do Sul.

organizações sem fins lucrativos de interesse público, como a terminologia utilizada, sua abrangência, seu crescimento e as oportunidades para sua titulação e qualificação.

SUBSÍDIOS HISTÓRICOS E A INFLUÊNCIA DA DEMOCRACIA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO TERCEIRO SETOR BRASILEIRO

As mudanças no contexto político e econômico ocorridas durante o processo de redemocratização vieram acompanhadas por um significativo conjunto de políticas econômicas regressivas em relação às pessoas mais vulneráveis, como a redução de programas sociais, a elevação do desemprego e da inflação, mas também ocasionaram uma mudança das instituições e a visão sobre elas.

Durante os anos 60 e 70 as ONGs tinham sua origem no contexto dos regimes militares e caracterizavam-se por representar formas de ação política que se opunham ao autoritarismo tendo como propósito manter espaços de ação cidadã e de defesa de valores democráticos, de caráter transitório, com o término previsto com a retomada da democracia. Tinham como objetivo o favorecimento e a participação dos excluídos e eram dotadas de uma forte identificação com os setores populares, as “bases” sociais. Caracterizavam-se, por sua autonomia em relação ao Estado e a capacidade de fazer política utilizando a estreita vinculação com os novos movimentos sociais como os da mulher, os direitos humanos, etc. Estas organizações não-governamentais, não-lucrativas e de oposição diferenciavam-se daquelas entidades, que mesmo tendo surgido antes, não possuíam estas características, como as beneficentes, as quais também formavam parte da estrutura institucional da sociedade civil, como bem destaca Thompson (2005).

Os novos ares trazidos pela democracia e pelo mercado na década de 80 iniciam uma nova fase a qual influencia o setor governamental, o setor privado e também o terceiro setor conforme sinalizam Thompson (2005) e Gohn (2000). Esse último setor é marcado pela confusão e desaparecimento de uma estrutura, até então, formada exclusivamente por dois blocos preponderantes de instituições: um bloco histórico, tradicional e conservador, integrado pelas organizações de caridade e beneficência voltadas para o serviço social, e outro, pelas novas ONGs, guiadas por uma lógica política alternativa, opositora, moderna e voltadas para o desenvolvimento social sustentável. Segundo Thompson (2005) é neste momento que se começa falar de um “terceiro setor”.

TERCEIRO SETOR: UMA CRISE DE IDENTIDADE

A infundável divergência terminológica

A terminologia inicialmente utilizada para definir as iniciativas privadas que não visam lucro; iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado, foi terceiro setor. O emprego deste termo deu-se na década de 70, na literatura de origem norte-americana, traduzida do inglês (*third sector*). Neste período, diversas obras literárias contribuíram para evidência da terminologia, entre elas: *The Third Sector: new tactics for a responsive society*, de Theodore Levitt (1973); *Giving in America: toward a stronger voluntary sector*, da Comissão on Private Philanthropy and Public Needs (1975); *The Endangered Sector* (1979); e *The Third Sector: keystone of a caring society* (1980), de Waldemar Nielsen. A partir da década de 80 esse termo, passou a ser utilizado também pelos europeus.

Esta denominação pressupõe a idéia de um “Primeiro Setor”, o qual seria representado pelo Estado e de um “Segundo Setor” composto pelo mercado, idéia oriunda da economia clássica. Para os estudiosos acima citados, essa terminologia apresenta elementos relevantes, uma vez que expressa uma alternativa para as desvantagens apresentadas pelo mercado e pelo governo. E, além disso, acopla as vantagens de ambos, ou seja, a flexibilidade e a eficiência do mercado com a previsibilidade da burocracia pública.

No Brasil o termo terceiro setor foi difundido com maior intensidade na década de 90, sendo inicialmente, utilizado pelas fundações e institutos empresariais. Segundo Bava (1998) e Falconer (1999) o principal responsável pela popularização desse termo no Brasil foi o Grupo de Instituições Fundações e Empresas – GIFE. Contudo, apesar da terminologia ser recente, a presença das organizações não-governamentais, sem fins lucrativos de interesse público é antiga e segundo Falconer e Vilela (2001) tem raízes tão profundas quanto à presença portuguesa na América. “Nova é a forma de olhá-las como componentes de um “setor” que pleiteia igualdade em relação ao Estado e ao Mercado” (FALCONER, 1999, p.4)

O conceito clássico sobre terceiro setor no Brasil é o estabelecido por Fernandes (1994) que parte da lógica das combinações resultantes entre os agentes e fins públicos e privados e da diversidade de características organizacionais e de práticas. De modo mais simples pode-se definir como “[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (FERNANDES, 1994, p. 21), ou de um modo mais aprofundado como:

Composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia, e do mecenato, e da expansão do seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 2005, p. 27).

A conceituação negativa do terceiro setor, como algo não governamental e não lucrativo remete a idéia de que as organizações possuem uma política persuasiva e não compulsória, uma vez que suas ações são aceitas sem o uso legítimo da violência. Por sua vez, a expressão “não lucrativa” faz referência a uma série de organizações e de ações cujos investimentos não geram lucros. Quaisquer excedentes devem ser reinvestidos nos meios para a produção dos fins estipulados. “O terceiro setor pode ser definido como aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas nem voltadas para o lucro” (COELHO, 2000, p. 40). Esse setor obedece à lógica do altruísmo, da reciprocidade, das concepções morais, religiosas e outros valores afins, contrapondo-se a lógica de redistribuição de riquezas adotadas pelo Estado e pelo mercado.

Superficialmente, o terceiro setor, seria “todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósitos de interesse público” (THOMPSON, 2005, p. 41). Para os meios de comunicação brasileiros, o termo tem sido utilizado como sinônimo de uma esfera social privada, associada às organizações-não-governamentais, às entidades filantrópicas assistenciais e à responsabilidade social empresarial.

A tentativa de entender o que é o terceiro setor, qual sua abrangência e seu papel perante a sociedade tem gerado intensa discussão e respaldado diferentes posicionamentos. O primeiro conflito, e talvez o provocador de todos os demais, é a ausência de uma terminologia unânime capaz de denominar e representar terminologicamente este fenômeno. Apesar de existir uma grande utilização e aceitação do termo terceiro setor por parte dos autores e estudiosos do tema, deve-se destacar que ela não é unânime. Assim, enquanto alguns o defendem e colaboram em sua propagação, outros o rejeitam por acreditar que a sociedade teria surgido antes do Estado e do mercado, devendo, portanto ser denominada primeiro setor, Rifkin (2005); outros por visualizar que esta denominação poderia ser confundida com setor terciário da economia, Coelho (2000); por identificarem nesta estrutura o reflexo do modelo da sociedade americana – onde o nascimento do terceiro setor caracterizou-se pela tentativa de demarcar a diferença e proclamar independência dos outros setores, enquanto no Brasil nasceu sob o signo da parceria intersetorial

– Falconer (1999) ou ainda, por abominarem uma divisão da realidade social em setores e não representar o menor consenso, sobre sua origem, nem sobre sua composição ou suas características Montanõ, (2005).

Indiferente da nomenclatura utilizada: terceiro setor, organizações sem fins lucrativos, organizações da sociedade civil, a verdade é que existe um novo ator no cenário social e que se distingue do Estado e do mercado. Diante da certeza de não pertencer ao primeiro e muito menos ao segundo setor, surge uma crise de identidade, que para Cardoso (2005) pode ser comparada com a noção de Terceiro Mundo na década de 50, onde havia uma clareza sobre quem era o primeiro e o segundo mundo, porém uma incerteza quanto ao terceiro mundo, uma vez que se tratava de uma realidade nova e em formação.

Acredita-se que da mesma forma como foi trilhado o conceito de Terceiro Mundo também será desenvolvida a terminologia que melhor represente as organizações que não se enquadram no primeiro ou segundo setor e apesar de considerar o termo terceiro setor confuso, uma vez que engloba mais do que as organizações privadas, sem fins lucrativos que, perseguem propósitos de interesse público, como é o caso dos sindicatos e das associações de benefício mútuo - que dedicam suas ações ao benefício de seus quadros sociais - será utilizada esta terminologia, no presente trabalho, por entender que até o presente momento, está mais próxima destas organizações.

A busca pela caracterização do terceiro setor

Outra divergência que tem incomodado os estudiosos é sua circunscrição, ou seja, suas delimitações. Quais são os tipos e formatos de organizações que pertencem a esse universo? Será que o termo terceiro setor consegue compreender diferentes tipos de pessoas jurídicas (associação e fundação) e distintas formas institucionais e organizacionais, que florescem constantemente, representadas por siglas, como: novos movimentos sociais (NMS), Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização Não Lucrativa (ONL), Organização da Sociedade Civil (OSCs), Organização Social (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?

Para Salamon (2005), a resposta parece ser positiva, pois segundo ele, o terceiro setor se caracteriza por uma vasta coleção de instituições e relações que existem entre o mercado e o Estado. Esta também é a opinião de Guzzo (2003) a qual, no intuito de não deixar dúvida de seu posicionamento cita como pertencentes ao terceiro setor: as organizações privadas, sem fins econômicos e com finalidade pública, tais como: as entidades filantrópicas, religiosas, fundações de direito privado, entidades de assistência social e benemerência, institutos, organizações-não-governamentais (ONG's), associações culturais, educacionais e comunitárias e as demais organizações em defesa dos direitos civis. De igual forma, Mestriner (2001) destaca que o setor agrega desde as instituições mais tradicionais voltadas para atividades assistenciais e beneficentes, até as mais politizadas e de caráter reivindicatório. Dividem do mesmo posicionamento outros tantos estudiosos como Cardoso (2005), Kisil (2005), Falcão (2005) e Falconer (1999).

A tentativa de delimitação do universo do terceiro setor tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores. Segundo Kisil (2005) um modo de facilitar o entendimento de tamanha diversidade é classificar as organizações em categorias. Para ele, essa classificação deve se dar a partir do tipo de serviço desenvolvido. Assim, seriam basicamente três os tipos de organizações abrangidas pelo terceiro setor: a) organizações de advocacia (*advocacy*), quando seu maior objetivo é fazer *lobby* para defender interesses ou lutar por problemas específicos, ou por determinados grupos da sociedade; b) organizações de caráter técnico, que fornecem informações, serviços de consultoria, acesso às determinadas tecnologias, ou programas de capacitação de recursos humanos, objetivando

ajudar outras associações ou grupos sociais a atingir um nível adequado de funcionamento, ou organização, ou a alcançar os recursos mínimos para a sua subsistência; e c) organizações prestadoras de serviços, que tendem a se concentrar num número limitado de áreas, particularmente no desenvolvimento dos serviços que atendem às necessidades humanas básicas. Já para Fernandes (1994) a classificação das organizações pertencentes ao Terceiro Setor teria quatro segmentos civis, distintos: a) movimentos sociais e associações civis; b) formas tradicionais de ajuda mútua; c) organizações não-governamentais (ONGs) e redes de ONGs, e d) filantropia empresarial. Outra tentativa acadêmica de delimitação do terceiro setor, talvez a mais avançada, é a elaborada pelo *Proyecto Internacional Comparativo sobre el Sector Sin Fines de Lucro*, Johns Hopkins University liderado por Lester Salamon. A qual define como um conjunto de entidades que compartilham de pelo menos cinco características essenciais: 1) organização e institucionalização; 2) privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo; 3) não distribuição de lucros; 4) autogovernadas e 5) voluntárias.

A ausência de precisão teórica e a delimitação do terceiro setor colaboraram na construção de uma interpretação equivocada no senso comum - uma correspondência direta entre ONG's e terceiro setor, como se aquelas fossem as únicas espécies deste gênero. Para Teodósio e Resende (1999) as ONGs são as principais componentes deste setor, já que, segundo ele, as diferenças terminológicas não passam de neologismos surgidos na esteira do processo de expansão da lógica neoliberal de condução dos governos das economias capitalistas centrais. Por outro lado, Bava (1998), contrário a essa visão, destaca que foi à revelia e em oposição das ONGs que o Terceiro Setor foi criado.

Concorda-se com a afirmação de Montaño (2005) que há debilidade no conceito terceiro setor, pois é impreciso e ajuda a confundir, pois ao mesmo tempo em que não possui delimitação são atribuídos sobre seu manto uma grande parcela de organizações de estruturas e propósito diferentes e até mesmo contraditórios. Contudo, deve-se reconhecer que a luta pela definição da identidade não é um esforço exclusivo do terceiro setor. A heterogeneidade e a crise de identidade atingem também o primeiro e o segundo setor.

Se olharmos do ponto de vista organizacional, o Estado é um conglomerado de instituições, muitas vezes sobrepostas sem nenhuma lógica, com interesses diversos e com definição ambígua com relação aos seus espaços de atuação. [...] Se compararmos a situação das pequenas e médias empresas locais com as grandes empresas globalizadas, poucas vezes encontraremos uma definição ou objetivos comuns e, muito menos ainda, uma identidade como “Segundo Setor” (THOMPSON, 2005, p. 42-43).

“A definição do conceito de Terceiro Setor é complexa e tênue, por se tratar de uma modalidade onde as instâncias privada e pública se confundem, pois, embora tenham origem “privada”, mantém o caráter de pública” (Monte, 2007, p. 6). Identificar os limites do terceiro setor é uma tarefa importante, contudo é também preocupante uma vez que há o risco de deixar de lado as novas organizações e estruturas surgidas por meio da dinâmica social. Como trabalhar com esta diversidade e sua constante mutação é uma questão que parece não ter resposta.

CENÁRIO ATUAL

O extenso e diversificado universo de organizações que compõem o, que se convencionou chamar de Terceiro Setor tem se apresentado como grande empecilho em sua delimitação. Não há consenso, nem dados atualizados capazes de revelar esse universo. “Ainda é notória a carência de relatos de experiências brasileiras neste âmbito, mesmo que este setor esteja com um crescimento acelerado no Brasil” (GUZZO, 2003, p.40). Se não bastasse a carência de informação deve-se destacar outra preocupação: a dispersão dos dados existentes entre as instâncias governamentais e particulares e o trabalho heterogêneo e irregular sob os mesmos. Certamente, a ausência de um estudo mais abrangente e rigoroso, quantitativo ou qualitativo, ou

ainda, dos reflexos que essas organizações remetem sobre a política, economia ou na vida social do país, trazem prejuízos imensuráveis, sobretudo, para o fortalecimento do Terceiro Setor.

Os primeiros dados referentes à área foram constatados pelo levantamento realizado por Landim e Beres (1999), que revelo em 1995, segundo informações da Secretaria da Receita Federal, 220 mil organizações sem fins lucrativos cadastradas. No mesmo ano, o Registro Administrativo de Informações Sociais (RAIS) apresentava 250 mil organizações. Segundo Montanõ (2005), baseado no estudo das Organizações das Nações Unidas, divulgado pela Revista Veja, em 14/06/2000, em 1998 existiam 200 mil ONGs de âmbito nacional no Brasil. Para o Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS da Fundação Getúlio Vargas há no Brasil 250 mil entidades sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados (Revista Integração de maio de 2004).

Em 2002, foi realizado o único levantamento nacional sobre as instituições privadas, (fundações e associações), sem fins lucrativos atuantes no Brasil – FASFIL. A pesquisa foi realizada em parceria pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE e adotou como base os dados do Cadastro Central de Empresas CEMPRES do IBGE, o qual cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, ou seja, inclui somente instituições legalizadas. Obedecendo aos critérios delineados pela, *Johns Hopkins University* concluiu que em 2002 existiam no país cerca de 276 mil organizações sem fins lucrativos, formalmente cadastradas, sendo que deste total, 44% encontram-se na região Sudeste, 23% no Sul, 22% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 4% no Norte. Além disto, revelou, também, que 62% das FASFIL foram criadas a partir da década de 90, e ainda, a existência de 1,5 milhões de assalariados nas 276 mil FASFIL.

Em setembro de 2003 o Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS da Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Fundação Orsa e Salvador Arena lançou o senso do Terceiro Setor. Apesar desse instrumento seguir os mesmos critérios adotados na pesquisa da FASFIL tem um diferencial: auto-preenchimento e atualização dos dados pelas próprias organizações. Segundo relatório de estatística², até julho de 2005 havia um conjunto de 4.589 unidades que representa 3301 organizações cadastradas no Mapa do Terceiro Setor, sendo que apenas 6% das unidades possuem identidade jurídica de fundação, enquanto 94% é associação civil. Para alguns autores, o mapa do Terceiro Setor não possui representatividade, “trata-se de um levantamento que está predominantemente sendo realizado na Região Sudeste do Brasil, onde se concentram a maior parte dessas organizações” (ARAÚJO, 2006, p. 24). Outra tentativa de identificar e aglomerar as organizações da sociedade civil tem sido realizada pela Associação Brasileira de ONGs – ABONG, a qual reúne em seu quadro de associadas aproximadamente 280 organizações³. Fatores como a não aceitação da identificação “ONG” por parte de muitas organizações ou ainda, o pagamento de uma contribuição financeira anual no valor de 0,15% sobre o valor do orçamento do ano anterior, podem estar contribuindo sensivelmente para esta baixa adesão associativa.

Ainda, que não exista uma maior segurança sobre os dados coletados é possível constatar um avassalador crescimento no número de organizações e conseqüentemente de envolvidos. Este aumento pode ser facilmente verificado pelo espaço atualmente ocupado pelo Terceiro Setor na mídia, bem como pelo número de cursos de pós-graduação voltados para área e pela proliferação de núcleos de pesquisa voltados para o estudo desse fenômeno. Para Falcão (2005) três fatores explicam este substancial aumento de organizações: a redefinição do papel do Estado, a progressiva implantação da democracia participativa e a expansão do setor de serviços da economia onde estariam atuando boa parte das entidades como as fundações, ONGs e associações comunitárias. Para Monte (2007) entre os fatores de crescimento do Terceiro Setor

² Disponível em <http://www.mapadoterceirosetor.org.br>. Acesso em out. 2007.

³ Dados referentes ao mês de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em out. 2007.

estão: a inoperância da máquina estatal em promover condições mínimas de sustentabilidade, o processo de globalização e o fim do regime militar.

Outro dado importante, revelado pelos estudos realizado neste campo, que não será no momento objeto de estudo, é a fragilidade organizacional, a limitação de desempenho e a dependência de recursos financeiros governamentais e de agências internacionais (cada vez mais reduzidos) e a falta de recursos humanos capacitados, dados estes que podem ser comprovados na pesquisa da FASFIL.

TERCEIRO SETOR E DIREITO

A trajetória legal do terceiro setor

O emaranhado legal referente ao terceiro setor é composto por uma diversidade de normas, as quais recebem atenção do legislador desde 1916, tendo ultrapassado, até o momento, cento e cinquenta dispositivos legais, entre leis ordinárias, complementares, decretos leis, medida provisória, resoluções, instruções normativas e portarias, os quais regulamentam, ainda que de forma esparsa, desde a existência até a extinção das organizações privadas, sem fins lucrativos. Segundo a Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS há um intenso movimento para uma reforma legal, sendo que, somente em 2004, mais de cem projetos de lei federal foram propostos, os quais de uma forma ou outra refletiam diretamente no Terceiro Setor.

No meio deste labirinto legal é possível encontrar uma variedade de atribuições normativas, bem como diferentes efeitos jurídicos. Entre elas, algumas podem ser consideradas retrocessos como, por exemplo, a Lei 9.250/95, que impediu que doações realizadas por pessoas físicas fossem deduzidas no imposto de renda, (OLIVEIRA, 1997), enquanto outras podem ser vistas de modo positivo como a Lei 9608/98 – Lei do Voluntariado, (BARBOSA e OLIVEIRA, 2004), que regularizou o trabalho voluntário.

As entidades do Terceiro Setor são regidas pelo Código Civil (Lei nº 10.402/02) e juridicamente constituídas sob a forma de associações ou fundações. Apesar de serem comumente utilizadas as expressões “entidade”, “ONG” (Organização Não Governamental), “instituição”, “instituto” etc., essas denominações servem apenas para designar uma associação ou fundação, únicos modelos reconhecidos juridicamente.

A associação e a fundação podem, se for de seu interesse, requerer titulações, certificações e qualificações jurídicas que a distinguirá das demais organizações, uma vez que cria um regime jurídico específico, garante certa credibilidade, bem como facilidade para captar investimentos privados e recursos públicos. Tanto as titulações quanto as certificações podem ocorrer no âmbito municipal, estadual e nacional. Contudo, devido à especificidade das duas primeiras, apenas será tratado, neste estudo, das de nível federal, as quais possuem regras únicas para todos os Estados da federação: Título de Utilidade Pública Federal, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (antigo certificado de fins filantrópicos) e qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Título de Utilidade Pública Federal

Em 1935, durante o Estado Novo do Presidente Getúlio Vargas editou-se a lei federal nº 91/1935, em 28/08/1935, a qual instituiu a Declaração de Utilidade Pública Federal - título mais antigo dentre aqueles conferidos pelo poder público. Posteriormente, a norma foi alterada pela Lei 6.630/1979. De acordo com o artigo 1º da Lei 91/1935, o referido título deve ser outorgado

às sociedades civis, associações e fundações constituídas no país cujo fim seja o de servir desinteressadamente à coletividade.

O pedido para titulação da entidade deve ser dirigido ao Presidente da República por intermédio do Ministério da Justiça. Os requisitos para tal recebimento são determinados pela Lei 91/1935 alterada pela norma 6.639/1979 e regulamentado pelos Decretos 50.517/1961 e 60.931/1967: (a) ser constituída no país; (b) ter adquirido personalidade jurídica; (c) estar em efetivo funcionamento em respeito aos seus estatutos, nos últimos três anos; (d) não remunerar os cargos de diretoria, conselhos fiscais, deliberativos e consultivos, nem distribuir lucros ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados; (e) apresentar a folha corrida e moralidade comprovada pelos seus diretores; (f) aceitar o compromisso de publicar periodicamente a demonstração de receitas e despesas; (g) comprovar, mediante relatórios circunstanciados, a promoção da educação ou atividades de pesquisa científicas, culturais, artísticas ou filantrópicas - o conceito de Entidade Filantrópica é relativamente antigo e foi consolidado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Resumidamente uma entidade é considerada Filantrópica quando não tem finalidade lucrativa, presta serviços à sociedade, não cobra os serviços prestados a beneficiários carentes.

Inicialmente o título de utilidade pública era apenas honorífico, era concedido de modo discricionário para as organizações. Atualmente é um ato vinculado e confere uma série de direitos ou benefícios, como: (a) faculdade de dedução do imposto de renda por pessoas físicas e jurídicas em decorrência de doações às entidades declaradas de utilidade pública; (b) possibilidade de requerimento da isenção da cota patronal do INSS; (c) possibilidade de realização de sorteios; (d) recebimento de receitas de loterias federais e doações da União Federal.

Este título é reconhecido não apenas por sua antiguidade, mas também pela rigorosa exigência nos requisitos, pela burocracia e morosidade na concessão. Ainda que alguns autores, a exemplo de Ciconello (2005), tenham se posicionado favoráveis a extinção dessa titulação com a chegada da qualificação de OSCIP, é importante destacar que a titulação de utilidade pública federal continua sendo procurada por muitas organizações como veremos adiante.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, também conhecido como antigo certificado de fins filantrópicos é outorgado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (art. 18 da Lei 8.742/1993). O Decreto 2.536/1998, ao dispor sobre esta concessão considera entidades beneficentes de assistência social as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atuação esteja voltada para: (a) a proteção da família, maternidade, infância, adolescência e velhice; (b) o amparo às crianças e adolescentes carentes; (c) a promoção de ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência; (d) a promoção, gratuita, de assistência educacional ou de saúde; (e) a promoção à integração no mercado de trabalho; (f) a promoção de atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e da defesa e garantia de seus direitos (Resolução 177/2000 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS).

Para obter o certificado de entidade beneficente de assistência social a organização deverá demonstrar que nos três anos imediatamente anteriores ao pedido esteve legalmente constituída no país e em efetivo funcionamento, também deverá inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do município sede, se houver, ou no conselho correspondente no âmbito estadual; bem como registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS⁴.

O CEBAS, conjugado à obtenção da Declaração de Utilidade Pública Federal e ao cumprimento de demais exigências previstas na Lei 8.212/1991 (dispõe sobre a organização da Seguridade Social), assegura a imunidade da cota patronal de contribuição previdenciária à entidade social.

⁴ Para maiores informações sobre os requisitos para a inscrição no CNAS acessar: <http://www.cnas.gov.br>

O caminho para o CEBAS é extremamente tortuoso, uma verdadeira “*via crucis*”, pois além de difícil e demorado exige um investimento financeiro relativamente considerável. É moroso porque requer registro no Conselho Nacional de Assistência Social, demanda demonstração de relatório, balanços patrimoniais e demonstração de origem e aplicação de recursos nos três exercícios anteriores, além do título de utilidade pública federal. Contudo, todo esse esforço não é suficiente para garantir a isenção da quota patronal de contribuição previdenciária à entidade social, a qual exige o cumprimento de demais exigências previstas na Lei 8.212/1991.

Nota-se que há uma convivência harmoniosa entre o título de utilidade pública federal – UPF e o CEBAS. O primeiro é requisito para o alcance do segundo. Não há incompatibilidade entre ambos, diferentemente do que ocorre entre estes e a qualificação de OSCIP.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

A Lei das OSCIP é fruto da discussão e do trabalho do Conselho da Comunidade Solidária órgão coordenador do Programa Comunidade Solidária, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com objetivo de identificar dificuldades legais que as diversas organizações de origem privada, porém com fins não-lucrativos, enfrentavam em suas atividades cotidianas, bem como recolher sugestões de como reformar o emaranhado legal e inovar, o Conselho da Comunidade Solidária organizou em outubro de 1997 uma Rodada de Interlocução Política a qual teve continuidade em maio de 1998 - segunda Rodada.

O material produzido pelos representantes governamentais e de organizações da sociedade civil, participantes das rodadas de interlocução deu origem ao Projeto de Lei n.º 4.690/98, que aperfeiçoado mediante substitutivo de origem parlamentar, originou a Lei n.º 9.790/99, regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999, sendo que os procedimentos para obtenção da qualificação das entidades como OSCIP foram disciplinados pelo Ministério da Justiça por meio da Portaria 361, de 27 de julho de 1999. Desta maneira, a referida lei passou a dispor sobre a qualificação de pessoas jurídicas de Direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público.

Podem requerer a qualificação de OSCIP as organizações que exerçam as seguintes atividades: promoção da assistência social, da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação e da saúde, promoção da segurança alimentar e nutricional, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza, experimentação de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e créditos; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos. Além disso, a organização deverá observar em seu estatuto os requisitos dispostos no artigo 3º da Lei 9790/99, entre os quais estão: a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; adoção de práticas administrativas para coibir conflitos de interesses a fim de evitar a obtenção de vantagens pessoais em decorrência da participação em processo decisório interno; destinação do patrimônio adquirido com recursos públicos, durante o período em que esteve regida pela nova lei, a outra organização qualificada, em caso de perda de qualificação; definição de um conjunto de obrigações mínimas para os conselhos fiscais para que de fato constituam uma primeira instância de controle interno; previsão de remuneração, ou não, de diretores da entidade que respondam pela gestão executiva e para os que prestam serviços específicos; disponibilização do relatório contábil e de atividades, aos cidadãos, obedecendo à

diretriz de dar publicidade às ações do setor; normas para prestação de contas e para realização de auditoria externa, que é obrigatória a partir de determinado montante de receitas e despesas

As vantagens para os detentores da qualificação são: acesso a recursos públicos para financiamento de projetos via termo de parceria, acesso a recursos privados, pelo uso de incentivos fiscais para empresa patrocinadora, que deduz as doações como despesas, possibilidade de remunerar dirigentes estatutários, sem perda de imunidade ou isenções fiscais, possibilidade de receber doações de bens móveis da União e de mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal.

Inicialmente, a qualificação de OSCIP não trouxe nenhum benefício fiscal. Foi no início do ano de 2001, que a Medida Provisória nº 2.158-35/2001, permitiu às OSCIP o acesso as doações dedutíveis do imposto de renda de pessoas jurídicas, estendendo às OSCIP as vantagens já admitidas para as entidades de utilidade pública federal. Contudo, foi somente ao longo de 2002, que esses desdobramentos ocorreram com maior intensidade. Benefícios até então existentes apenas para as UPF foram estendidos para as OSCIP: a Portaria MF nº 245/02 autorizou a doação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal; o Decreto nº 4.507/02 permitiu que as OSCIP recebessem bem móveis da União, considerados antieconômicos ou irrecuperáveis. Ainda mais significativa, foi a edição da Medida Provisória nº 66, que em seu art. 37, dispôs sobre a remuneração de dirigente, em decorrência de vínculo empregatício, não afastando a isenção de imposto de renda da entidade qualificada como OSCIP.

TITULAÇÕES, CERTIFICAÇÕES E QUALIFICAÇÕES NO CENÁRIO ATUAL

Segundo dados disponibilizados no site do Ministério da Justiça foram registrados 1.346 pedidos para qualificações como OSCIP entre os anos de 1999 e 2002. Destes, 60% foram deferidos, num total de 814 qualificações. Ao longo desses quatro anos foi crescente o número de solicitações: em 1999, foram registrados 131 pedidos; em 2002, este número quadruplicou, passando para 539. Outro dado interessante é que em 2002, 87% dos pedidos foram deferidos, enquanto que em 2000 foram aprovados apenas 26% dos pedidos. Dado este que pode revelar um maior conhecimento da norma e de suas exigências.

Como afirmado anteriormente, a qualificação de OSCIP não trouxe, inicialmente, benefícios fiscais consideráveis. O que somente foi modificado em 2002, quando muitos benefícios até então restrito as organizações de Utilidade Pública Federal foram estendidos às OSCIPs. Certamente, este foi um dos fatores preponderantes para o acréscimo de solicitações acima destacado.

De acordo com dados disponíveis no Ministério da Justiça e no Conselho Nacional de Assistência Social é possível verificar o comportamento das organizações não lucrativas em relação às titulações, certificações e qualificações.

Região Estado	OSCIP em 2004	OSCIP em 2006	Utilidade Pública Federal 2004	Utilidade Pública Federal 2006	Entidades registradas no CNAS 2003	Entidades Registradas no CNAS 2005	CEBAS 2002	CEBAS 2005	OSCIP até 14/10/07	Utilidade Pública Federal até 14/10/07
NO	128	181	187	205	573	468	113	120	173	213
AC	17	22	10	10	21	16	7	6	22	10
AM	14	25	35	38	82	61	23	24	32	39
AP	10	13	5	6	27	26	2	3	11	7
PA	31	48	63	65	222	180	45	44	43	67
RO	39	46	41	50	96	78	18	22	38	53
RR	4	9	5	5	8	5	3	3	9	5
TO	13	18	28	31	117	102	15	18	18	32

NE	327	562	1187	1312	3378	2782	613	693	625	1375
AL	12	25	52	56	221	189	28	33	33	57
BA	84	139	320	379	557	407	145	173	163	405
CE	67	127	301	317	785	624	161	194	133	320
MA	18	31	95	111	504	484	27	31	35	115
PB	20	44	80	80	179	141	47	45	57	81
PE	65	100	152	160	586	494	103	103	106	174
PI	7	14	36	42	141	118	22	24	14	47
RN	30	41	77	86	223	180	41	47	40	90
SE	24	41	74	81	182	145	39	43	44	86
CO	316	469	747	800	1044	661	358	415	489	845
DF	201	287	213	219	229	136	95	106	292	226
GO	63	102	261	285	419	273	134	156	107	309
MS	32	49	157	171	211	123	50	94	50	176
MT	20	31	116	125	185	129	79	59	40	134
SE	1039	1797	6182	6578	7202	3247	3868	4198	2098	6846
ES	107	179	175	194	224	118	102	116	181	203
MG	150	270	1764	1913	2549	1500	1033	1147	311	2035
RJ	172	283	841	852	965	476	482	518	317	881
SP	610	1065	3402	3619	3464	1153	2251	2417	1289	3727
SUL	414	721	2480	2626	3280	1626	1593	1764	846	2727
PR	241	401	1091	1187	1403	701	661	741	451	1244
RS	88	164	847	872	1169	544	611	673	197	897
SC	85	156	542	567	798	381	321	350	198	586
TOTAL	2224	3730	10783	11521	15477	8784	6545	7190	4231	12006

Fontes: Dados colhidos: <http://www.mj.gov.br> e <http://www.mds.gov.br>

Constata-se que, proporcionalmente, entre os anos de 2004 e 2006 um incremento de 67% no número de organizações qualificadas como OSCIP. As regiões que tiveram maior aumento foi a Região Nordeste, 71%, a Região Sudeste, 72% e a Região Sul, 74%. Em contraponto, a Região que apresentou o menor crescimento de OSCIP foi a região Norte, mesmo assim, com um aumento de 41%. Paralelamente, no mesmo período, há um pequeno aumento no número de organização qualificada como de Utilidade Pública Federal, 6,8%.

Durante 2003 e 2005 observa-se um considerável decréscimo de 43,5% no número de organizações registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e um pequeno aumento, durante os anos de 2002 e 2005 no número de organizações certificadas com o CEBAS, 11,4%.

Tais fatos, se analisados com maior profundidade, podem ser explicados devido ao aumento da burocracia para concessão desses títulos, assim como pela cassação daqueles concedidos a alguma organização em que se verifica fraude. Por outro lado, a certa ascensão das OSCIPs parece ser uma nova opção mais fácil para as organizações vencerem a extrema burocracia para obtenção dos títulos de (UPF e CEBAS) e a conseqüente possibilidade de repasse de recursos públicos por meio de parcerias. Porém, mesmo assim, continua expressivo o número de organizações, em 2006, com antigos títulos (11541 organizações com UPF, 8148 registradas no CNAS e 7190 com

CEBAS) comparados as das OSCIPs (3730 organizações qualificadas). (ARAÚJO, 2006, p. 41).

Comparando os anos de 2006 e 2007 é possível perceber uma pequena redução do número de OSCIPs na Região Norte, 9,5%. Ao mesmo tempo em que se destaca nessa Região um acréscimo no número de organizações de utilidade pública federal, 11,3%. Nas demais regiões brasileiras ocorreu um acréscimo tanto no número de OSCIPs, que cresceram em média 11,2%, como também das UPFs, as quais tiveram um crescimento de 10,4%, até meados de outubro do corrente ano.

A diferença relativamente pequena comprova que apesar de antigo o título de utilidade pública federal ainda desperta interesses das organizações sem fins lucrativos, mesmo após a extensão de seus benefícios para as organizações da sociedade civil de interesse público. Contudo, deve-se destacar que o número de organizações qualificadas como OSCIP em menos de uma década já representa um terço do número de UPF em setenta anos da lei que instituiu esta titulação.

Acredita-se que as organizações sem fins lucrativos recém constituídas ou em fase de início de suas atividades são as que normalmente pleiteiam a qualificação de OSCIP, uma vez que o título de UPF e, conseqüentemente, o CEBAS só podem ser obtidos após três anos de atividades da pretendente, dentre outras exigências legais. O registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no tocante ao prazo, exige que a entidade esteja constituída há pelo menos um ano. Para Ferrarezi (2003) a crescente adesão pela qualificação de OSCIP se deve a maior simplicidade, agilidade e objetividade dos critérios de concessão.

Mesmo que a lei de OSCIP tenha, ao longo de sua trajetória, alcançado os benefícios concedidos pelo Título de Utilidade Pública Federal é importante destacar que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, antigo certificado de fins filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, não está ao alcance das modernas OSCIPs. Assim, a isenção da cota patronal ao INSS e de outras contribuições sociais como CPMF continuam restritas às organizações detentoras do CEBAS, pois, para requerer a concessão ou renovação do Certificado faz-se necessário que a instituição, preliminarmente, tenha sido reconhecida de Utilidade Pública Federal (REZENDE, 2004 e SZAZI, 2003). Talvez, essa incompatibilidade entre as titulações e vantagens concedidas individualmente seja a resposta para o fato de não termos assistido uma sensível diminuição das entidades tituladas como de utilidade pública federal.

Outro fator que pode ajudar a responder a esta questão é o baixo número de Termos de Parcerias realizados até o momento. Ainda que não haja dados mais precisos sobre esse assunto, tem-se conhecimento que o número de termos de parceria realizados é extremamente reduzido, ainda mais, se comparado aos números de convênios e contratos, os quais apesar de inapropriados, continuam sendo o principal instrumento na relação público-privado. Para Ferrarezi (2003) a insistência do poder público em realizar uma prática antiga revela insegurança, resistências culturais e a tendência do setor público em continuar fazendo como sempre fez.

De acordo com o perfil das associadas à ABONG, realizado em 2004, 25,25% das associadas possuíam o título de Utilidade Pública Federal, 37,18% detinham o registro no Conselho Nacional de Assistência Social, 12,38% eram certificadas como Entidade Beneficente de Assistência Social e 4,95% eram qualificadas como OSCIP e mais de 25% não possuía nenhum deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que represente uma tarefa difícil, é necessário encontrar um consenso terminológico capaz de representar as organizações da sociedade civil, não lucrativas que desempenham propósito público. É preciso unificar o discurso para que não haja dúvidas sobre o universo de estudo. A criação dessa expressão é o primeiro passo para delimitação das organizações pertencentes a essa área. Acredita-se que a Lei 9790/99 tenha trabalhado por essa delimitação, uma vez que determinou quem estava apto a requerer esta qualificação e quem estava impedido de requerê-la. Contudo, somente há esta clareza entre as organizações qualificadas como OSCIP, fato esse que não se estende ao restante do setor. É necessário que esta nitidez seja encontrada frente a todo universo e não apenas em uma parcela como vem ocorrendo.

O trabalho de esclarecimento é de fundamental importância para todo o processo de fortalecimento do que se convencionou chamar de terceiro setor, uma vez que somente desta maneira será possível criar normas claras e que venham abranger a integralidade de organizações. Pois, ainda que a intenção do legislador tenha sido a melhor possível, deve-se destacar que a criação de titulações, certificações ou qualificações não representa a melhor alternativa para o setor, uma vez que privilegia apenas uma parcela restrita deste vasto universo, e em alguns casos, quando permite uma maior inclusão, como foi o caso da Lei de OSCIP, esquece de proporcionar benefícios suficientes para atrair a atenção e o interesse das organizações para esta qualificação. É necessário discutir e repensar o terceiro setor. Construir uma norma que o fortaleça e supere as brechas geradas pelas leis esparsas é fundamental para sua sobrevivência, caso contrário estamos fadados a assistir uma sobreposição de normas e medidas voltadas para apenas uma parcela do público o que será incapaz de regulamentar e fornecer subsídios suficientes para o fortalecimento dessa esfera.

Refletir sobre o comportamento das organizações que compõem este universo pode representar uma boa alternativa. Esclarecer os motivos que levam essas entidades a se identificarem com uma lei datada dos anos trinta é fundamental para tornar as novas construções legais mais atraentes para as organizações do terceiro setor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO. Edgilson Tavares. **Parcerias, Estado e Organizações Especializadas: discursos e práticas em nome da integração/ inclusão educacional das pessoas com deficiência**. São Paulo, 2006.

BARBOSA. Maria Nazaré Lins. Organizações da sociedade civil de interesse público: avanços e perspectivas. In **Revista Integração**. FGV/SP, Jan. 2003. Acesso em: <http://integracao.fgvsp.br/ano6/01/opiniao.htm>. Disponível em out. 2007.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins e OLIVEIRA, Carolina Felipe de. **Manual de ONGS – Guia prático de orientação jurídica**. 5º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BAVA, Silvio Caccia. Entrevista com Silvio Caccia Bava - Presidente da ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível: <http://www.cogea.pucsp.br/~sirci/utlid/trabalha/polsoc/abong.html>. Acesso em dez. 1998.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre o Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: SENAC, 2000.

FALCÃO, Joaquim. **Democracia, Direito e Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Por um jornalismo cívico. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado**. São Paulo: PAZ e TERRA, 2005, p. 157 – 164.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do Terceiro Setor**. Ensaio de uma dissertação de mestrado em administração. São Paulo: FEA/USP, jul. 1999. Disponível em: www.icd.org.uy. Acesso em: set. 2005.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público – O terceiro setor na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. O que o terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado**. São Paulo: PAZ e TERRA, 2005, p. 25 – 33.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MODESTO, Paulo, **REFORMA DO MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL**. Disponível em: www.jus2.uol.com.br. Acesso em 13/09/2005.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTE, Cristina. A amplitude dos papéis no terceiro setor. In **T&C Amazônia**. Ano V, n. 10, Fev. 2007.

OLIVEIRA, Anna Cynthia. **Terceiro Setor: Uma Agenda Para Reforma do Marco Legal**, Rio de Janeiro: Comunidade Solidária, 1997.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado**. São Paulo: PAZ e TERRA S.A, 2005, p. 13 – 23.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado**. São Paulo: PAZ e TERRA, 2005, p. 89 – 111.

THOMPSON, Andrés. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado**. São Paulo: PAZ e TERRA, 2005, p. 41 – 48.